



Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 12/11/2013**

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e treze das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS na Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Bloco A – 8º andar, iniciou-se a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pauta proposta: **Distribuição das atas de 10 de setembro e 08 de outubro de 2013. 1) Deliberação da ata 13 de agosto de 2013; 2) Deliberação dos processos: 09/002923/2013. Assunto: Credenciamento da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR como Centro de Reabilitação, em conformidade com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - "Viver sem Limites", estabelecido pelo Decreto nº 7.612 de 17/11/2011 e regulamentado pela Portaria GM/MS nº 793 de 24/04/2013; 09/001457/2011. Assunto: Habilitação de 10 (dez) leitos para Unidade de Tratamento Intensivo Tipo III, CNES: 2269834, em conformidade com a Portaria nº 3432 de 12 de agosto de 1998 do Hospital Federal do Andaraí, AP-2.2 e 09/000533/2013. Assunto: Projeto Terapêutico de novo serviço do CAPS AD Júlio César de Carvalho, AP-5.3; 3) Plano de Ação da Vigilância Sanitária Municipal para o ano de 2014. Apresentação para deliberação - 60 minutos; 4) Informe sobre a operação policial envolvendo a Vigilância Sanitária municipal - 30 minutos; 5) Ratificação da localização de algumas Clínicas de Saúde da Família - 30 minutos; 6) Comissão de Educação Permanente - 30 minutos; 7) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 30 minutos; 8) Informes da Secretaria Executiva do Conselho; 9) Informes do Colegiado.** Sr. David Salvador iniciou a reunião dando boa tarde e boas-vindas a todos os presentes, em segunda convocação às 14 horas e 30 minutos de acordo com o Regimento Interno deste Conselho e que tem previsão de término às 18 horas. Deu algumas informações como o recebimento das atas de 10 de setembro e 8 de outubro de 2013 para a leitura para ser aprovada em uma reunião posterior. Informou também que todos estariam recebendo a **Prestação de Contas do Segundo Quadrimestre do ano de 2013** que será apresentada no dia 19 de novembro de 2013 na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro com início previsto para às 10 horas, conforme determina a Lei nº 141/2012. Disse que as Prestações de Contas já foram apresentadas no Conselho, mas a lei determina que sejam apresentadas na Câmara dos Vereadores, na presença dos senhores e caso tenham alguma questão para mudar estará sendo encaminhada para o Chefe do Executivo. Feito os informes preliminares, afirmou que os presentes receberam um bloco contendo o **PPA (Plano Plurianual)** e a **LOA (Lei Orçamentária Anual)**. Então, convidou para compor a Mesa responsável pela execução dos trabalhos, pela Comissão Executiva: o **Sr. José Antônio Alexandre Romano**, representando os profissionais de saúde, a **Sra. Maria de Fátima Gustavo Lopes**, representando os usuários, o **Sr. Geraldo Batista de Oliveira** que também representa os usuários informando que o mesmo está chegando e, enquanto não chega solicitou que a **Sra.**

**Sônia Regina G. Gonçalves**, representante da AP 3.2 ocupasse o lugar dele. Prosseguindo representando os gestores da Saúde, o **Sr. Rogério Marques Gonçalves**. Conforme determina o nosso Regimento Interno, devido à ausência do Presidente do Conselho, convocou o **Sr. Ludugério Antônio da Silva**, em substituição ao presidente do Conselho. Passou a direção da Mesa para coordenar dos trabalhos ao Sr. Ludugério Silva. **Sr. Ludugério Silva** assumiu a direção dos trabalhos dando boa tarde a todos e pedindo que o Sr. Rogério Gonçalves colaborasse na leitura da pauta para que pudesse ser aprovada. **Sr. Rogério Gonçalves** iniciou a leitura da pauta e informou que foram distribuídas as atas dos dias 10 de setembro e 8 de outubro de 2013. Após a leitura da pauta, foi perguntado se alguém teria alguma sugestão de alteração. **Sr. David Salvador** informou que houve um pedido para inversão do ponto 4 pelo ponto 3, para que o informe da operação policial que ocorreu na Vigilância Sanitária municipal venha antes do Plano de Ação da Vigilância Sanitária. **Sr. Rogério Gonçalves** esclareceu a inversão dos pontos e, em regime de votação colocou a pauta em votação com a alteração sugerida, levantem os crachás os que não aprovam e as abstenções. **A pauta foi aprovada por maioria simples**. Iniciando a reunião, **item 1) Deliberação da ata 13 de agosto de 2013** já entregue aos senhores no Colegiado anterior. Perguntou se algum Conselheiro tem proposta de retificação na ata do dia 13 de agosto. Em regime de votação, os Conselheiros que aprovam a ata do dia 13 de agosto levantem os crachás, os que a rejeitam e as abstenções. **A ata foi aprovada pela maioria simples**. Conselheira pediu para fazer à justificativa do seu voto. Apresentou-se a **Sra. Maria José Peixoto, representante do Sindicato dos Assistentes Sociais** dizendo que sua abstenção era porque ainda não estava presente e por isso não poderia votar. Agradecendo. **Sr. Rogério Gonçalves** prosseguiu com a reunião informando que iria ler apenas os números dos processos e informou que todos estão a Mesa para a vista de todos e que foram aprovados pela Comissão Executiva e encaminhados para o Colegiado para serem deliberados. Os processos são: **09/002923/2013 – Credenciamento da ABBR, 09/001457/2011 – Habilitação de 10 leitos de unidade de tratamento intensivo Tipo III do Hospital do Andaraí e 09/000533/2013 – Projeto Terapêutico do CAPS AD Júlio César de Carvalho da AP 5.3**. Em regime de votação, os Conselheiros que aprovam o encaminhamento dado pela Comissão Executiva para esses processos levantem os crachás de votação, os que não aprovam e as abstenções. **Os processos foram aprovados pela maioria simples e seguirão conforme orientação**. Seguindo a mudança da pauta iremos para o item 4 da pauta que virou o **3) Informe sobre a operação policial envolvendo a Vigilância Sanitária municipal**. Foi dada a palavra ao **Dr. Arnaldo Lassance, Subsecretário de Vigilância Sanitária do município do Rio de Janeiro**, que iniciou sua fala dando boa tarde e informou que esta operação policial ocorreu a cerca de um mês na Vigilância Sanitária no município do Rio de Janeiro. O porquê de ter acontecido à operação foi em razão de inúmeras denúncias que estavam chegando a ele e a outros órgãos da Vigilância Sanitária citando situações de má conduta dos fiscais com relação ao processo de fiscalização. Disse que não entendeu muito bem a inversão de pauta porque gostaria que tivessem uma ideia de como a Vigilância funciona hoje, que é o fruto do nosso trabalho. A equipe que está à frente no órgão exatamente para esclarecer alguns pontos. Dizer da impossibilidade que se tinha de continuar com algumas situações que historicamente segundo informações vem acontecendo há muitos e muitos anos. E, providências foram tomadas pela Prefeitura nesse sentido. Foi uma operação de cunho policial, capitaneada pela Polícia Civil e pela Secretaria de Estado de Segurança, especificamente pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (DRACO) e que a Prefeitura

apresentou uma série de documentos que informavam as irregularidades que aconteciam durante os processos de investigação e assim aconteceu. A Polícia foi armazenando estas informações. Disse que foi solicitado várias vezes a prestar depoimentos nesta Delegacia assim como outras pessoas. Levou algum tempo esta investigação até que sucedeu a operação para o último dia 3 de outubro. Foi largamente anunciado pelas mídias em vários jornais e que não sabe se gostariam de algum detalhe e se ele saberia de algum detalhe a mais. Outra informação que é importante é que segundo a Delegacia, as investigações terão continuidade e que possivelmente outras pessoas serão arroladas neste processo. Esta é uma informação que tivemos da própria Delegacia. Foram lamentavelmente presos 27 fiscais da nossa Subsecretaria e que considera um contingente altamente significativo de quase 10% do nosso quadro de técnicos, alguns com extrema capacidade técnica, com bastante conhecimento na área, uma longa experiência e que para todos foi uma grande surpresa. Por fim, disse que é um fato lamentado pela Subsecretaria, mas que contou com o apoio da Prefeitura e quando diz Prefeitura inclui o Prefeito, o Secretário, a si mesmo e outras pessoas que estavam envolvidas neste processo. Disse que evidentemente os choca profundamente por ser uma baixa significativa no número dos técnicos, pois já tínhamos uma deficiência importante e desde o início desta gestão estamos solicitando o aumento do quadro técnico porque a demanda é muito grande. Para se ter uma ideia tem-se de 80 a 100 mil estabelecimentos de saúde, de alimento, de zoonoses e, é um número muito significativo e que dificilmente pode se dar conta, pois precisaria de um grande exército para fazer todo o processo. E a Subsecretaria vem adotando algumas medidas administrativas que vem para otimizar as nossas ações. Disse que é nesse sentido que haverá um entendimento maior quando for feita a apresentação pelos nossos técnicos. Prosseguiu informando que a pauta é mais direcionada para a questão orçamentária e que convidou alguns técnicos, como o **Sr. Vitor** que é **Superintendente do Gabinete**, a **Sra. Maura** que é **Superintendente de Saúde**, o **Sr. Coutinho** que é o **Superintendente de Alimentos**, a **Sra. Tatiana** que é **Superintendente de Zoonoses** e a **Sra. Flávia** que é da **Coordenação de Educação, Comunicação e Inovação**. Disse que o grupo irá falar um pouco sobre as perspectivas enquanto Subsecretaria de Vigilância Sanitária. **Dr. Arnaldo Lassance**, disse ainda que se não se engana logo após a discussão sobre o Orçamento, a Sra. Flávia falará algumas coisas a respeito das nossas estratégias com relação às mudanças de paradigmas que vem sendo trabalhado ao longo desses 5 anos de governo, 4 anos da gestão anterior com 1 ano desta gestão. E que gostaria de saber se há alguma pergunta para se fazer sobre esse ponto específico da operação policial. Foi dada a palavra ao **Sr. José Liporage** que iniciou sua fala dizendo que foi falado que houve pronto atendimento e apoio da Prefeitura e que gostaria de comentar que se realmente tivesse todo o apoio da Prefeitura reforçou que estão desde 2008 brigando por um número suficiente de profissionais na Vigilância Sanitária e que para acreditar que todas as esferas dentro da Prefeitura estão dando apoio para a Vigilância Sanitária, gostaria de ter um mínimo de recursos para a Vigilância Sanitária. **Sr. Romano** assumiu a palavra dizendo que ele é o responsável por este ponto de pauta e que foi solicitado na reunião da Comissão Executiva, porque apesar de ter tido uma cobertura da imprensa, disse que como Conselho Municipal de Saúde não poderiam discutir um Plano de Vigilância Sanitária tendo ocorrido uma operação policial onde 27 pessoas foram presas e que na verdade, gostariam como controle social, de saber muito mais. Disse que seria uma grande oportunidade para a Vigilância Sanitária dizer o que ocorreu, e que é um caso bem semelhante ao que ocorreu na Vigilância do Estado de São Paulo com a diferença que foram mexidos no IPTU e ISS e, aqui no Rio de Janeiro foi através

de contrato direto da Prefeitura com o cidadão que vai abrir um consultório e se havia pagamento de propina. Quanto foi desviado. Que gostaria de saber se a Subsecretaria sabia desta quadrilha. Quantos estavam em cargo de confiança. É isso que o Conselho quer saber e o Senhor pode nos dizer esses pontos ou pode dizer que não pode, e se não puder gostaria de algo escrito nos dizendo que o Senhor não tem como nos dar essa informação aqui. Mas o que se deseja é um esmiuçamento deste caso, principalmente, por que este Conselho sempre criticou o Senhor Secretário de dar baixíssimos recursos para a Vigilância Sanitária, não possibilitar que trabalhe por falta de funcionários, e não estamos reclamando somente com este Secretário, mas também com Secretários anteriores. Não é à toa a importância que é dada a Vigilância que saiu da Secretaria de Governo e veio compor a Secretaria de Saúde, e quando veio para a Saúde sofreu protesto deste Conselho. Queremos saber o que está acontecendo realmente, porque 10% de sua força de trabalho envolvida são bastante, são muitas pessoas convivendo diariamente. Então queremos saber por que essas pessoas estão aqui dentro da Prefeitura. **Sr. Marinaldo, representante do Sindicato dos Psicólogos** iniciou dando boa tarde a todos. Disse que se assustou muito com as palavras iniciais porque estão diante de um escândalo do tamanho de uma envergadura e o Senhor se colocou como se não tivesse muita coisa a falar, senão apenas isso, e isso o assusta porque estão ali justamente para ouvir. Se o Senhor não tem nada a falar e a discorrer sobre o fato, vai na mesma linha de pensamento do Sr. Romano, é assustador. É como se tivesse naturalizado a corrupção, dizendo que estas coisas acontecem. Disse que ficou de fato muito assustado pela falta de palavras sobre o que aconteceu e que não havia discorrido sobre o que aconteceu, como se não houvesse acontecido nada. Disse ainda que havia apenas se limitado a dizer que foi um fato noticiado na imprensa e isso quem leu já sabe. **Dr. Arnaldo Lassance** assumiu a palavra dizendo que ficou surpreso com a colocação do Sr. Marinaldo que deveria saber como Conselheiro Municipal de Saúde que ele é médico e não policial, então não tem muito que falar sobre a operação e que as coisas que disse foi porque achou que fosse coisas interessantes que todos soubessem. Agora o detalhamento não o interessa e não é problema seu e sim policial porque é um problema de corrupção. As informações que tem são essas e que foram divulgadas na mídia, e que ele teria todo direito de saber indo a Delegacia. Reiterou que mesmo que soubesse e não achasse interessante não caberia a ele falar por ser uma questão policial e que ele não iria ficar falando sobre algo que não tem convicção. Disse que são detalhes em que pode omitir alguma coisa da questão policial, porque está não foi uma operação técnica. Disse que se fosse perguntado alguma informação técnica poderia responder com mais detalhamento, mas que infelizmente foi uma operação policial e que não é policial, então que poderiam buscar essas informações na polícia. Disse que é responsável pela Subsecretaria, mas a informação que tem é essa e não há nada de detalhes investigativos para informar e que deveriam então procurar o órgão competente. Outra observação com relação à fala do Sr. Marinaldo é que foram 30 pessoas presas, dessas 30, 27 eram da Vigilância Sanitária, e os outros 3 eram comerciantes envolvidos neste processo. Disse que foi feito um paralelo com o que houve em São Paulo, dizendo que não acha que tem muito a ver porque o que ocorreu aqui no Rio de Janeiro não envolve a Prefeitura, mas sim que no momento da fiscalização, os nossos representantes estavam envolvidos, mas que não houve nenhum dano ao erário público neste caso. Segundo informação que tem da polícia, essa propina era paga pelo próprio comerciante, dono do estabelecimento. Então não houve nenhum dano ao erário público, o que havia era uma negociação entre nossos fiscais e o dono do estabelecimento e, que não deveria haver a comparação com o de São Paulo. Foi

dito então pelo Sr. Romano que o fiscal deixava de multar o estabelecimento. Quanto à primeira pergunta sobre Concurso Público disse que a Subsecretaria ainda não foi contemplada, e que tem bastante apoio, mas nesse sentido ainda não foi contemplado para terem mais funcionários para que se possa atender a demanda que não é pequena. Temos tomado algumas medidas administrativas no sentido de minimizar esses problemas, coisas que irão ser relevantes no momento que pudermos implantar, como por exemplo, quando conseguirmos a construção de um sistema de informação que irá abranger toda a Subsecretaria que irá facilitar sobremaneira no processo de educação, vigilância e fiscalização. **Sra. Maria José Peixoto** assumiu a palavra dizendo que acompanhou como todos pela imprensa e foi realmente surpreendente e sobre o que foi colocado aqui no pronunciamento que isso já vinha ocorrendo há um tempo e não se tomava ciência dos fatos. Controlar um profissional fazendo um serviço externo sem controle direto fica difícil. A pergunta é, diante deste fato ocorrido de muito grave na Secretaria de Saúde, qual é o controle que o governo hoje se propõe a fazer sobre o desenvolvimento prático e técnico dos fiscais da Vigilância Sanitária, porque tem que se ter o controle. Porque se não tiver esse controle, você perde o controle e terá um Subsecretário que não saberá o que acontece na ponta. A publicidade da sociedade é que sempre que for lesada, que denuncie a Secretaria para que isso seja evitado com outras instituições do comércio. Disse que isso que aconteceu é muito triste e que todos não gostariam que tivesse acontecido, mas aconteceu e agora é trabalhar para que esse fato não se torne corriqueiro na Secretaria de Saúde. **Dr. Arnaldo Lassance** assumiu novamente a palavra informando que preferiria responder uma a uma. E que iria discordar da fala da companheira. Disse que ciência do acontecido já tinha há um tempo, mas a senhora tem ideia do que é uma operação dessas, ele não tinha, mas passou a ter. E por isso, está dizendo que é uma situação que não pode discorrer porque não tem conhecimento. E houve a fala de que estaria falando do controle e não da operação. Foi dito que estaria falando do controle dos fiscais. E perguntou se acha que era uma coisa simples e que se a senhora não tivesse ideia, poderia falar para ela que sabiam desde o início. Inúmeros empresários chegavam até ele e que não tinha como fazer algo. Daí o interesse da Prefeitura em buscar apoio policial para resolver já que não são policiais. Exatamente isso que quer deixar claro para todos, que isso não faz parte do elenco da Vigilância Sanitária. Não são polícia e não investigaram, tomavam conhecimento do fato e encaminhavam para os órgãos competentes e foi isso que foi feito. Agora conhecimento do caso, como foi dito no começo da fala esclarecendo que tínhamos conhecimento dessas informações. Que não era o primeiro gestor da Vigilância e já tiveram inúmeros gestores e que deveria fazer essa pergunta a todos eles porque não pode responde por eles. **Sr. Ludugério Silva** assumiu a palavra dizendo a todos que fossem objetivos nas colocações porque temos uma pauta muito grande. **Sr. Carlos Henrique Alves (Marreta)** perguntou como que se assume um cargo de responsabilidade com este ou outro qualquer e não sei dialogar qualquer coisa sobre isso. Por mais que o Senhor não seja policial e que outros também tenham feito, é preciso ter alguma coisa. É complicado falar apenas que lamenta pelo que aconteceu, mas e aí. **Dr. Arnaldo Lassance** respondeu dizendo de novo que deu as informações que deveria dar, que como gestor exerceu o seu poder civil e encaminhou da forma que entendeu, e que todos tem o direito de fazer críticas. Disse que não tem mesmo o que dizer, que a informação dele para ali. **Sra. Miriam Andrade, profissional de saúde representando o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermeiros do Rio de Janeiro (SATEMRJ)**, dizendo que todo aquele que denuncia vira alvo e então o Dr. Lassance virou um alvo porque colocou o trabalho dele nessa denúncia. Disse para que ele não deixe virar um alvo. Todo aquele que denuncia vira um alvo para

qualquer coisa, ou de ataque pessoal, e outros tipos de ataque. Disse ainda crer que a condição de Subsecretário não é muito confortável, primeiro que ela como funcionária pública ficou lastimavelmente muito triste em ver colegas que não são da sua profissão, mas são funcionários públicos da saúde, envolvidos com isso. Isso é muito triste e não só lastimável. Você ver profissionais como informou o Dr. Lassance competentes na sua função, inclusive com a deficiência que tem no setor. E que como Comissão de Saúde do Trabalhador que está representando enviou no início do ano ao Conselho um pedido para o Dr. Hans ressaltando a importância de ter mais profissional na Vigilância em sentido a quantidade de serviço e a deficiência de profissionais. **Sra. Miriam Andrade** prosseguiu dizendo que o Dr. Hans não respondeu, como não respondeu outras coisas que a gente encaminhou como a volta da Mesa de Negociação do SUS que foi encaminhada em março. É normal os Conselheiros que estão aqui tirarem estas dúvidas, e entendemos a situação porque o Senhor não é policial, nem chefe da polícia e nem da DRACO, mas o Senhor é uma das cabeças que estava buscando solução para este problema, então é normal o Conselho perguntar isso. Disse que para fechar esta parte, gostaria de manter o que o Sr. Romano pediu que fosse por escrito e que tivesse a capacidade de vocês estarem respondendo e encaminhando para o Conselho. O outro ponto é que queria perguntar se essas pessoas que foram afastadas causaram deficiências no cargo, e perguntaram se já foram repostas, como vão repor, se vai ser contratação por OS's, o que virá já que o concurso público não está acontecendo. Disse que queria encaminhar isso e dizer que toda pergunta que é feita aqui independente se é possível responder ou não, cabe resposta aos Conselheiros que se não for pelo Senhor por uma pessoa que esteja mais capacitada e por escrito. Não deixe sair perguntas aqui sem respostas. Parabenizou o Dr. Lassance porque está na cabeça desde o começo de divulgar, mostrar e botar a cara na reta, lamentavelmente pelos funcionários que estão na condição de estar agora atrás das grades. **Dr. Arnaldo Lassance** disse que não tem muito que falar, mas sim concordar com a Sra. Miriam Andrade. E que quanto ao grupo afastado, no momento estamos na expectativa como estava antes de aumento do quadro de funcionários, porque já éramos deficitários, estamos esperando que nesse processo o número de servidores possam ser absorvido de novo. E que esse já utilizou todas as possibilidades que estavam em nosso alcance, procurando por toda a Secretaria técnicos que queiram trabalhar na Vigilância Sanitária e tem-se recebido alguns técnicos tanto da SUBPAV do Dr. Daniel Soranz, como da SUBHUE do Dr. João Luiz que tem cedidos alguns técnicos e que reconhecemos que eles tem dificuldades também e que queria esclarecer que a Vigilância Sanitária é uma função do Estado e não podem admitir pessoas através de OS's. Só podem admitir servidores públicos que sejam municipais, estaduais e federais e que tem essa limitação. **Sr. Milton Lima** disse que novamente está aqui sem saber do que se trata, e se estava no Rio de Janeiro ou viajando porque não entendeu até hoje e agora que está tendo conhecimento desta história. Disse que viu a questão de São Paulo e estremeceu muita gente, mas não estremeceu a ele porque existe coisa muito pior que aquilo. Só que lá é o PMDB, PSDB contra o PT. Na questão do Rio de Janeiro não sabe qual partido está envolvido nessa questão, porque essas coisas quando aparecem é através de denúncias políticas partidárias. E acontecer coisas de repente como aconteceu isso aí. Mas a turma continua de cima mandando, e não adianta porque não vai dar em nada. Quem faz essas coisas ganha até prêmio. Quando houve o caso da menina que morreu porque o médico não deu plantão no Hospital Salgado Filho, perguntei ao Secretário sobre o diretor e a resposta que tive é que o diretor ia continuar, pois era amigo do Secretário. Então se o diretor é amigo, ele pode ficar por lá, dizendo acompanhar tudo, mas não ficar sabendo de nada. Se todo mundo é amigo do

Secretário e do Prefeito, pode ficar tranquilo que está tudo bem. Como cidadão, chega ao bar e o banheiro tem saída de ar para dentro do salão e só a Vigilância não viu, mas como resolver isso, existe exaustor, leis de móveis de ventilação deste lugar. Mas continua a mesma coisa e que não vai se meter nessa questão de reclamar porque isso está acima dele, porque sabe que este pessoal tem poder inigualáveis e imensuráveis, e não se pode mexer nessa turma que são intocáveis. Com relação ao caso temos proposta da Secretaria aqui do prédio da Prefeitura em que alguns banheiros são só para funcionários. Disse que se fosse um banheiro com um vaso sanitário, até entendia mas não poderia usar o banheiro porque não era funcionário. Prosseguindo disse que isso tudo era fruto de conversação. E, que sinceramente não sabia que isso havia acontecido e que ficou sabendo na reunião. E que lamentava, e lamentava até pela posição do Subsecretário, e pelo cargo. E espera que ele saia bem dessa situação, porque na Prefeitura segundo o Secretário quem é amigo do Secretário se dá bem. **Sr. Severino** disse que se estivesse no lugar do Subsecretário nem tinha posto isso em pauta, e que não iria perguntar nada, porque nada será respondido. Isso virou rotina, como o “Mensalão” anda solto e o chefe da quadrilha é o José Dirceu. O TCU que é o órgão cérebro da União denunciou várias vezes que milhões foram roubados das obras públicas e a Dilma só respondia tal como Lula se virando contra o TCU. Todo mundo sabe que o Brasil tem seus esquemas e é normal. Roubar é normal. Visto o “Mensalão” para provar isso ai, em São Paulo, o senhor Kassab está afundado até o pescoço em envolvimento com a Dilma. Criou um partido apenas para apoiar a Dilma e enquanto a Marina que é sincera e honesta não aprovaram o partido dela. Resumindo, tudo isso ai, o Lula nunca soube de nada e, é o maior chefe da quadrilha mesmo sem saber de nada. E não sabe até hoje. E a corrupção está ai, e que lamenta que o Senhor venha até aqui dizer que não sabe de nada, era melhor não tocar no assunto já que não sabia de nada e no Brasil isso é normal. A corrupção virou normal. E as vigas no estado do Rio que sumiram. Parece que não é nada e as vigas sumiram e ninguém sabe de nada. Então o país é isso, você vai falar aonde. **Sr. Alessandro Motta, representante do Conselho Distrital da AP 3.3** disse que não vai querer saber da parte policial, mas sim da parte da Vigilância Sanitária, o que vai ser feito para isso não acontecer novamente. O que foi feito com as áreas nas quais eles fiscalizavam, se houve uma denúncia de corrupção, alguém corrompeu, o que vai ser feito nessas áreas e em que áreas eles atuavam. Realmente o Senhor conhece os fiscais e sabe o que aconteceu, não importa o que aconteceu antes, mas o que aconteceu após o Senhor ter assumido para frente. Não adianta ficar falando que não conhecia e que não sabe, se houve uma denúncia e ela foi feita pela Prefeitura, os senhores fazem parte da Prefeitura e sabem o que aconteceu. **Dr. Arnaldo Lassance** assumiu a palavra respondendo o que aconteceu já foi respondido e que já deu as informações que tinha para dar. Foram envolvidas pessoas da área da saúde como um farmacêutico e um enfermeiro, e que para ficarem mais satisfeitos deu uma informação técnica que o enfermeiro tinha um cargo de confiança. Na área de alimentos foi a maioria dos técnicos, sendo 8 médicos veterinários, 4 agentes de inspeção e, do setor de engenharia foram 3 sendo um engenheiro e 2 arquitetos, e um dos veterinários também tinha cargo de confiança que eram gerentes de integração que significa dizer que eles eram os articuladores e que são 5 áreas programáticas e esses gerentes tanto da área de alimentos quanto da área da saúde faziam a ponte entre a Superintendência e a ponta. Respondendo em relação aos conhecimentos, disse que tem algo em torno de 700 funcionários, e apesar de frequentar a ponta não conhece todo mundo. Disse que pode conhecer todos de vista, alguns eu sei o nome mas que não consegue identificá-los. Disse que tinham conhecimento disso, tanto é que a Prefeitura deflagrou este processo e foi

acompanhado desde o início. Disse ainda que não queria sair com a sensação de que não está respondendo as coisas, mas que está respondendo dentro do possível. Entende que há uma necessidade de saber mais, mas são informações que se pudesse responder o que vai ser encaminhado por escrito e que se não tiver conhecimento delas também irá dizer que não tem conhecimento. **Sr. Adelson, Conselheiro representante dos usuários da AP 4.0** dizendo que tinha duas questões e que primeiro iria pegar o gancho da colega colocando mais uma vez que a administração pública ou privada, alguém que está no exercício da gestão e promove um processo investigativo e policial realmente fica no alvo. A segunda questão pegando o gancho do outro colega, o problema do Conselho não é policial, pois isso não compete ao Conselho mas sim as soluções administrativas, vamos ver daqui a pouco a apresentação da programação de 2014 e o primeiro item da avaliação diz respeito à estrutura legal e não aponta e nem orienta na ação como é colocado que não é desta gestão, mas de gestões passadas. Portanto, é uma situação endêmica no sistema da fiscalização sanitária e acha que a primeira dessa estrutura legal deveria ser voltada para rever as estruturas legais e rever os procedimentos e instrumentos de controle de modo a, eliminar é impossível, mas amenizar essa ação deletéria ao nível da entidade pública. É por isso que quando entramos em diversas unidades no Rio de Janeiro, vimos o caos que é a área de saúde ali instalada. E nós temos Vigilância Sanitária. Agradeceu. **Dr. Arnaldo Lassance** disse que foi muito bem colocado e que já respondeu à pergunta, que não é privilégio da Vigilância Sanitária do Rio de Janeiro, é uma coisa que não diria nem endêmica, e sim epidêmica em todo o território nacional. Disse que tiveram oportunidade de ter essas informações ao participar de um Simpósio Nacional de Vigilância Sanitária e tem notícias que essas coisas acontecem em outros estados e municípios não sendo privilégio do município do Rio de Janeiro. As mudanças administrativas, e por isso falou no começo da fala que gostaria de ter sido apresentado primeiro a apresentação. E que na verdade não irão discorrer sobre todos os itens já que o foco da apresentação vai ser orçamentário, mas que os Conselheiros podem ficar tranquilos porque estão sendo adotadas medidas administrativas para coibir essas coisas. Não é uma coisa trivial e nem fácil, mas com a construção do sistema irá ajudar nessa questão do controle e outras medidas, como exemplo, a autodeclaração que está sendo desenvolvida junto a Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela COPPE, para facilitar, otimizar e agilizar o processo de licenciamento. Talvez tenha uma semelhança com o Alvará que é um processo mais rápido de emissão de Licença de Funcionamento. Isso entre outras tantas medidas, o nosso entendimento é que a Vigilância Sanitária não seja um órgão somente punitivo, mas entende que antes de punir é preciso educar, orientar, prevenir problemas e riscos. A Vigilância Sanitária trabalha com riscos para a saúde, seja ele direto ou indireto e acredita que este seja o trabalho fundamental. É preciso investir nesta área. Disse que gostaria de ter outra oportunidade de entrar neste detalhamento para se ter uma ideia do trabalho que já tivemos e continuamos tendo para modificar essa situação. **Sr. David Salvador** assumiu a palavra dizendo que gostaria de falar por ter acompanhado esse processo desde o início. Disse que ficou um pouco chocado com a forma que alguns posicionamentos foram adotados aqui, pois não estava mais acostumado a ver neste Conselho. E, de repente no inquérito instalado, faltou um pouco de respeito com os colegas. Disse que põe sua palavra nisso e que diante de servidores públicos está correndo o risco, porque é o Subsecretário da Vigilância Sanitária que passou por todo esse processo e está falando para todos que está diante de um exemplo de servidor público, alguém que sabe desde o início que ele vem preparando esta situação toda e não é de hoje. Contou que certa vez teve um problema de Vigilância Sanitária em um

estabelecimento e ao ligar para o Subsecretário relatou a situação e como em um desabafo respondeu que, quanto à situação exposta estaria tomando parte de tudo e pediu que não se preocupasse porque em breve iria acabar com toda esta situação. Já era esta a questão que estava sendo tomada providência por parte dele. E questionou qual foi o outro responsável pela Vigilância Sanitária que tomou atitudes parecidas com a que ele tomou. Estão todos os 27 envolvidos presos e ele não é o 28º e, é evidente que vasculharam a vida dele porque é a primeira coisa que se faz porque o que só pensa é que tem alguém superior dando cobertura e era para ser o 28º caso tivesse culpa no cartório. Então que aqui no Conselho sempre se procurou defender a Vigilância Sanitária com muito carinho, procurando ajudar a Vigilância Sanitária e sempre aprovando os seus Planos, sabendo as dificuldades de ser Vigilância Sanitária. Acredita que o Conselho tem todo o direito de perguntar sobre os Planos da Vigilância, sobre o que será feito, quando será o depoimento, isso é direito nosso. Agora qualquer coisa de relevância em relação ao processo quem deveria saber são os próprios Conselheiros que podem recorrer aos inqueritos da Polícia e da Justiça, porque o processo é público, podemos ver qual é o número, tiramos xerox do processo e vamos saber exatamente o que cada um está sendo acusado. Terminou dizendo que em primeiro lugar gostaria de parabenizar o Dr. Arnaldo Lassance e o homenageando por sua atitude. E continuou mantendo o seu apoio a Vigilância Sanitária que precisa muito. **Sr. Ludugério Silva** agradeceu e seguiu para o item **4) Plano de Ação da Vigilância Sanitária Municipal para o ano de 2014. Apresentação para deliberação.** Foi dada a palavra a **Sra. Flávia** que é a **da Coordenação de Educação, Comunicação e Inovação** que inicialmente agradeceu a Mesa por ter aceitado o nosso pedido de inclusão na pauta, que foi um pouco precipitado por não terem conseguido cumprir os prazos dos encaminhamentos e agradeceu por terem aceitado a inclusão da pauta deste tema nessa reunião. Disse que é a primeira vez que faz apresentação no Conselho, pois quem costuma fazer era a Dra. Sílvia que está de férias e que espera poder cumprir a missão à altura. Disse que antes gostaria de fazer alguns comentários que considera pertinente e que tinha comentado com o Dr. Arnaldo Lassance que é preciso ter um apoio e a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde. Disse que está na Vigilância Sanitária há 13 anos, e que começou com a Dra. Maria Luiza na AP 5.1 e aprendeu muito com ela, até que veio para a Vigilância Sanitária onde começou na parte de Diagnóstico e hoje está na Coordenação de Educação, Comunicação e Inovação, mas porque existe essa coordenação hoje dentro da Subsecretaria, respondeu dizendo que é exatamente para conseguir dar respostas e contas nessas situações que estão acontecendo. É preciso dar voz a população, aos setores reguladores para entender mais as necessidades dos processos para que situações como essas, não que irão acabar porque sabemos que infelizmente no nosso país é uma questão histórica complicada, mas que possam fazer mais para dificultar a corrupção, esses mecanismos escusos. E, só se dificulta isso quando se começa a fazer com que as pessoas de fato tenham conhecimento em seus direitos, saibam reclamar, que os profissionais sejam cada vez mais capacitados no setor regulado não aceitando qualquer tipo de situação porque sabe quais são os seus direitos. Foi nesse sentido que se pensou a relação da educação. Fortalecer essa área que antes não era importante. Disse que precisa do apoio não só do Conselho Municipal de Saúde mas de todos os atores sociais também com responsabilidade dentro do nosso município. O desafio era sair da visão meramente normativa, fiscalizatória por uma visão muito mais participativa e de mobilização social. Para que se tenham elementos dentro da Vigilância hoje que é um grupo pequeno, precisamos de profissional dentro da SUBVISA, mas precisamos também de mecanismos tecnológicos para fazerem o

controle que os senhores tanto mencionaram. E esse sistema tecnológico está sendo batalhado com a COPPE em um sistema que vai saber onde o profissional está, o que está fazendo, que documento está lavrando e tudo em tempo real. A Vigilância tem trabalhado por isso e tem trazido esses elementos de educação, informação e temos uma área de comunicação estabelecida dentro da SUBVISA. Tem muito material informativo publicado, material educativo e foi conversado com alguns Conselheiros em uma reunião do trabalho que foi desenvolvido em Rio das Pedras e que foi o primeiro trabalho com a comunidade e a Vigilância que sempre esteve num patamar superior começa a visualizar e dar o foco na população, porque o trabalho é justamente pela saúde da população como nosso objetivo e foi feito o trabalho junto com o Programa Saúde da Família. Essa dimensão educacional e participativa é importante e estamos investindo claramente na questão da educação. Prosseguindo, disse que no Brasil educação não é uma coisa que acontece de hoje para amanhã. Infelizmente não é assim que acontece. As pessoas resistem ainda, os investimentos não são tantos e quando existem, eles não chegam. Infelizmente as coisas não acontecem quando queremos, mas estamos batalhando para que ela aconteça. Disse que essa questão da educação que está sendo colocada não é a educação de fazer cursos, é muito fácil montarmos cursos de diversas coisas. Estamos falando da educação que fomenta políticas, reflexão do processo, educação que critica querendo construir. O que está sendo proposto é o repensar essa Vigilância com poucos profissionais em um universo de 80 mil estabelecimentos, ou seja, como dar conta disso. Nem se contratássemos um batalhão de pessoas seria possível, então temos que contar com a tecnologia. O Dr. Arnaldo Lassance falou da Autodeclaração que é um sistema que temos e precisa que a sociedade participe da sua responsabilidade, também é do setor regulado, é do farmacêutico que tem que estar com um número de horas, o outro responsável técnico na Clínica tem que saber que está lá fazendo tudo direitinho. O restaurante é a mesma coisa e a sociedade precisa ter essa ideia de que não é só a gente que tem que fiscalizar. É necessário ouvir e dialogar e deu parabéns ao Dr. Arnaldo Lassance porque acha muito bacana que tenha vindo esclarecer, se colocar e, é um exemplo que tem porque o conhece há 18 anos, se tornando um exemplo profissional na carreira por ser uma pessoa honesta, correta, teimosa que vai até afim no que quer. **Sra. Flávia** mostrou algumas fotos de indicadores que foi pactuado e está na PPA que é a produção de ações educativas e os senhores podem observar como estão crescendo as ações porque estão em contato com a comunidade. Tem todos os relatórios e quem quiser conhecer mais os relatórios pode ir ver este tipo de trabalho, para dar sugestão de novos trabalhos que possam estar sendo feitos. A próxima foto é da comunidade em Rio das Pedras e o primeiro trabalho que nós fizemos com o Agente Comunitário de Saúde. A Vigilância Sanitária junto com os ACS (Agente Comunitário de Saúde) em um passeio, uma travessia conhecendo os pontos críticos e ajudando os profissionais de saúde a dar soluções para os problemas daquela comunidade. Foi um trabalho bem interessante e estão investindo muito nos trabalhos nas escolas e creches. Estão investindo muito também na capacitação de profissionais para dar conta dessas soluções. O Plano de Ação tem algumas coisas novas em relação ao ano passado. Prosseguindo, disse que iria falar sobre tudo porque a maioria dos senhores tem o Plano em mãos, que são as ações básicas da Vigilância Sanitária para 2014. Disse que não dá para ampliar na apresentação e perguntou se todos tinham o documento em mãos para acompanhar. Pediu que entregasse as demais cópias para quem ainda estava sem o documento. Prosseguindo, começou a falar das ações básicas e lembrou que em relação ao cadastro os menores números que foram observando de unidades cadastradas são a questão de apesar de termos cadastros, muitos deles

estão cadastradas no SINAICO. A programação da ação da Vigilância Sanitária, estabelecimento de comércio farmacêutico com a pactuação e as unidades cadastradas, e as metas. Houve uma correção da meta de inspeção deste ano para o ano anterior. Disse que é claro que não iriam lembrar, mas foi feita uma adequação para esta meta justamente porque não dá para fazer um trabalho de 100% se não há profissionais para isso, até o ano passado era desta forma. É melhor trabalharmos com foco no risco e primando a qualidade. A meta que até o ano passado era de 90 mil estabelecimentos para inspeção por ano, o que era uma loucura. Esse ano foi mudado o indicador, como era possível pactuar 90 mil estabelecimentos, qual será a qualidade dessas 80 mil inspeções que a Vigilância vai fazer por ano. O foco agora é o alto risco, tem que ser priorizado enquanto gestor o alto risco. Hoje, está sendo pactuado no PPA 32 mil e 194 ações de alto risco e é isso que é importante. Então se adequou todas esses indicadores e metas aqui. Mas o cadastro todos podem ter acesso, ao nosso cadastro com exceção de alguns estabelecimentos que usam o cadastro do SENAICO. Tem o vencimento de comércio farmacêutico, estabelecimento assistenciais de saúde sem internação, laboratórios oficiais de prótese dentária, estabelecimentos comerciais de ótica, com o número de unidades cadastradas, a meta de inspeção e o responsável pela área. Estabelecimentos médicos veterinários, estabelecimentos de massagem, estabelecimentos de tatuagem e de piercing, estabelecimento de fisioterapia e/ou de traqueoterapia, estabelecimento de comércio de aparelhagem ortopédica e ortopédica técnica. Estabelecimentos de comércio de artigos médicos, hospitalares e odontológicos, unidades cadastradas, meta de inspeção e responsável. Instituto de esteticismo e congêneres, de beleza e congêneres. Academia de ginástica, musculação, condicionamento físico e congêneres, unidades cadastradas, metas e responsável. Estabelecimento de comércio de gêneros alimentícios, cozinha industrial. Comércio de produtos saneantes de cosméticos, perfumes e produtos de higiene. Estabelecimento de ensino e creches, e alguns estabelecimentos foram acrescentados aqui, porque acharam importante fazer um trabalho mais ampliado nas escolas, então está sendo colocado no Plano de Ação o trabalho de parceria com as escolas, são as escolas municipais do Rio de Janeiro. Locais de uso público restrito. Estabelecimento de comércio de gêneros de produtos alimentícios em locais de uso público restrito, como os estabelecimentos que estão colocados em estações rodoviárias, ferroviárias. Importadores de produtos correlatos, postos de coletas e laboratório de análise clínica e/ou anatomia patológica. Serviços de diagnóstico médico e odontológico extra hospitalar, unidades cadastradas, metas, responsável e período de execução. Empresas prestadoras de serviços de atendimento médico domiciliar que são as HomeCare. Serviços de unidade de terapia intensiva móvel, lavanderias, moradia coletiva de idosos, estabelecimento prisional e de reeducação de menores infratores, que começou a ser percebida este ano. Tem recebido cada vez mais serviço do Estado e a importância de estar adequando a nossa realidade a isso. Indústria de alimentos. Transportadores de carga rodoviária e o laboratório de controle de produtos. Além do Núcleo de Saúde do Trabalhador, com a Dra. Márcia. Essas são as ações que a Vigilância quer pactuar para 2014, muitas delas já são feitas, e estão postas todas que queremos pactuar. **Sra. Flavia** concluiu sua fala dizendo que dará a palavra ao Sr. Cleiton que falará sobre a questão do recurso financeiro para execução dessas ações, dando o detalhamento das contas. Disse que seria interessante depois da apresentação do Sr. Cleiton que fizessem as perguntas. **Sr. Cleiton** iniciou sua fala dando boa tarde a todos. Disse que era uma satisfação estar de volta, e que está desde 2008 quando a Vigilância Sanitária voltou para a Secretaria de Saúde e foi feita uma apresentação na Rua do Lavradio. Disse que é um prazer todo ano estar no Conselho apresentando as propostas e

prestando contas do que já foi realizado até o mês de outubro dentro do que foi planejado para 2013. Disse que o orçamento da SUBVISA para 2014, atualmente tem três fontes de recursos que estão alocados para a Vigilância Sanitária do município. A primeira fonte é a 120 – Verba de Taxa de Inspeção Sanitária num valor de R\$ 10 milhões e 300 mil, onde tem itens de mão-de-obra, tratadores de animais, condutores de veículo. A segunda fonte é a fonte 195 – Verba municipal de Auto de Infração, de multas, que tem como previsão para 2014 R\$ 8 milhões e 500 mil. E por último a fonte 182 que é uma verba federal, baseada no Plano de Ação que hoje através do Conselho estaremos fazendo todas as discriminações sobre as ações e depois serão encaminhados para a CIB. Só um comparativo, e uma observação, quanto à verba 105-95 que é proveniente do Auto de Infração, no caderno que os senhores receberam de PPA e LDO já estão discriminadas aí, porque tem que ser encaminhado para a Saúde que irá encaminhar para a Câmara. Verbas alocadas em 2013, tiveram alocação para estrutura física, material de consumo, serviços terceirizados, capacitação de pessoal, consolidação da educação sanitária e realização de atividades educativas num total de 4 milhões, 770 mil e 991 reais. Os mesmos parâmetros para o próximo ano, serão de 3 milhões, 610 mil e 179 reais, porque entre o exercício de 2012 para 2013, a ANVISA locou um recurso justamente para fomentar a atividade sanitária que foi alocada para 2013. Para o próximo exercício como vai explicar daqui a pouco está pautado exclusivamente no piso estratégico e estruturante do Bloco de Vigilância em Saúde que é o financeiro da Vigilância Sanitária, da Portaria 204. Para o nosso entendimento, a estrutura física, com o aluguel de prédios e obras só com recursos federais, alocou 904 mil e 304 reais e utilizamos até outubro 689 mil e 667 reais. Veículos 291 mil e 265 reais e utilizamos até final de outubro 270 mil e 166 reais. Material de consumo permanente incluindo mobiliário para todas as sedes 571 mil e 854 e utilizamos 60 mil e 240 reais. Serviços especializados de manutenção de prédios utilizados pela VISA 2 milhões e 957 mil e utilizamos até o momento 1 milhão, 681 mil e 849 reais. Capacitação alocados 38 mil, 425 reais e 80 centavos e utilizados até outubro 15 mil e 571 reais. Materiais educativos e de divulgação 7 mil e 950 reais e utilizados 7 mil e 950 reais. Num total de 4 milhões, 770 mil e 911 reais até outubro, utilizamos 2 milhões, 725 mil 455 reais. Programação de ação em Vigilância Sanitária em 2014. De novo foi feito logo no início onde as duas verbas principais já estão no PPA, no Plano de Ação para ir para CIB. Tem uma pequena explicação que anualmente sempre tem a satisfação de estar apresentando aos senhores. Bloco de Vigilância em Saúde é imposto pelo componente de vigilância epidemiológica e ambiental e pelo componente de Vigilância Sanitária. Teto financeiro da VISA é o piso estruturante que é para manter a estrutura e tem como base R\$ 0,36 por habitante. Piso estratégico de R\$ 0,20 centavos por habitante. Ações para estruturação e fortalecimento, estrutura legal investir em recursos para melhor atender a população que seria os recursos humanos, elaborar o código sanitário para o município do Rio de Janeiro. Estruturas físicas e recursos materiais com a fonte 182 da verba federal, manter espaço físico adequado para manter as atividades normais da SUBVISA. Manter e ampliar canais de comunicação para a VISA. Estrutura física e recursos materiais. Dotar a VISA de impressos fiscais e veículos para garantir a fiscalização, dotar a VISA de material de consumo e permanente para realizar as atividade com 1 milhão, 315 mil e 21 reais. Realizar serviços de manutenção e terceirização com 1 milhão, 382 mil e 148 reais. Estrutura administrativa e operacional. Manter atualizado cadastro de estabelecimento, implantar sistema integrado de comunicação da VISA municipal, manter protocolo próprio da Vigilância Sanitária e padronização de procedimentos fiscais. Informar produção no sistema de informação ambulatorial SIA-SUS. Disse que queria deixar bem objetivo e que foi falado aqui de

forma própria sobre o auxílio que sempre tiveram do Conselho com relação a tudo que foi proposto aqui. A Vigilância Sanitária quando iniciou 2008 para 2009 na Secretaria teve todo apoio que os senhores deram e que foi essencial para que hoje pudesse caminhar mais um pouco. **Sr. Cleiton** disse esperar estar caminhando mais é notório ver como a companheira falou que ter a verba de 20 centavos é muita coisa, mas é o que determina a lei e vai ser repassado. Disse que essa verba está prevista no ano que vem para 3 milhões e 610 mil. Então queríamos apresentar e pedir a aprovação dos Conselheiros e estão abertos a perguntas. **Sr. Ludugério Silva** agradeceu e abriu inscrições para perguntas. Houve uma discussão sobre o encerramento ou não das inscrições para fala pelo número muito grande de inscrições no ponto anterior. **Sr. Adelson, AP 4.0 representante dos usuários**, disse que a primeira colocação diz respeito às informações prestadas ou enviadas pela Vigilância Sanitária. O que se recebeu não é o que foi apresentado neste momento. Disse que recebeu uma programação e quando cita PPA, no PPA não tem essas informações. Engloba valores integrais de 2014 a 2017 e, se formos entrar no DNS no preliminar, também não tem informações da Vigilância Sanitária. E o gráfico que apresenta vai ter que entender que a quantidade de fiscalizações e as ações feitas pela Vigilância Sanitária terão que fazer uma escala do gráfico, sem isso não será possível ler corretamente. De maneira que parece que pela segunda vez estará aprovando algo apresentado pela Vigilância sem os respectivos cuidados para o Conselho Municipal. Disse que parece a ele que a Secretaria de Saúde e seus órgãos deveriam ter um mínimo de hombridade, se tem um problema de tempo começo a trabalhar o meu plano com um maior tempo. Porque vem aqui apresentar e se nós questionamos alguma coisa, seremos contra. E transformam muitas vezes a apresentação em um viés político, precisa ter o viés do papel e da posição do Conselho Municipal e o papel e a posição dos órgãos executores em relação ao cumprimento das leis que determinam as ações do Conselho Municipal. No segundo sentido, a parceria com o Conselho Municipal é quando se pega uma programação para discutir a estrutura legal, e o âmbito do município do Rio de Janeiro, analisar a minuta do Código Sanitário. Vamos discutir a minuta com os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, Defesa Civil e poder Legislativo, e antes do Poder Legislativo deveria ser incluído Conselho Municipal de Saúde. Então o que parece que há uma pressão para que se faça agora, mas tem que ter cuidado quando se quer trabalhar com os parceiros e o Conselho deve estar atento sim porque senão é sempre atropelado. **Sr. Liporage, Sindicato dos Farmacêuticos** disse que a primeira coisa que gostaria de falar é sobre os representantes dos gestores da Prefeitura aqui, da Secretaria Municipal de Saúde. Disse que todos os gestores que está vendo aqui são da Subsecretaria de Vigilância Sanitária e que estamos dando a importância como Conselheiros da gestão. Então como profissionais de saúde estão aqui, mas que achava importante ter outros gestores presentes. Um dos pontos que queria tocar é que a Vigilância Sanitária do Rio de Janeiro é tão importante que deveria ser uma carreira de Estado porque dependendo do que acontece nesse espaço, gera um caos para toda a saúde. Então essa é a primeira importância. Prosseguindo, disse que o Subsecretário informou que é a Prefeitura que estaria apoiando tudo isso, mas que gostaria de ver todos aqui para mostrar realmente a importância da Vigilância Sanitária para este município, estado e até para o país. Por exemplo, estamos em outubro e são 45 transatlânticos que estarão chegando aqui com vários tipos de doenças e necessidades, com atendimentos que vão desde chamar um profissional de saúde no quarto para atender certas doenças que podem desencadear epidemias dentro do Estado. Disse que gostaria muito que estivessem aqui para falar o seguinte, que teremos um concurso específico para a carreira de Vigilância Sanitária com todos os segmentos da saúde que são necessários e que a

gente não pode ser fiscalizado por outro profissional, mas temos que estar brigando pela qualidade e pela saúde do usuário. Disse que sai triste da reunião não com a Vigilância, mas porque vai sair sem ver o que vai ser o futuro da fiscalização da Vigilância Sanitária. Outra coisa, que não conhecia a senhora Flávia, porque só tinha assistido a algumas apresentações, mas que 8 mil reais para educação são muito pouco, porque vem de uma entidade onde se fazia serviço através da pesquisa, do ensino e da inovação, e que acredita muito nisso. Disse que acha que às vezes está precisando inovar, e inovar de uma coisa tão antiga e que a antiga diretora Dra. Keila em 1986, falava exatamente isso que hoje no município enfrentam uma epidemia de estreptococo humana e animal. Agradeceu. **Sr. Romano** iniciou sua fala pedindo silêncio a Mesa quando estiverem falando, porque tem pessoas na Mesa que estão atravessando a fala de quem está se apresentando. Disse que acha que não está aprovando um Plano de Vigilância Sanitária só. Perguntou qual a tarefa da Prefeitura nas fiscalizações dos lugares. Disse que na verdade, é isso que está sendo aprovado aqui. Quando ocorre um acidente em uma boate como ocorreu no Rio Grande do Sul cria-se um trauma nacional, o prefeito diz que não era com ele, os bombeiros não são punidos e 200 e tantas pessoas morreram porque um alvará havia sido dado irregularmente. Quando estamos preocupados com o alvará, ele não é uma questão menor, quando você dá um alvará de que ele pode atender o público, e seja o que for, um consultório, restaurante, farmácia, o que for você pode atender o público. E concretamente, o Conselho Municipal e os gestores da administração pública tem certa ojeriza a prestar contas. Não que não ache que o Dr. Arnaldo Lassance não seja um excelente médico, e que o acha um excelente médico, pois tem gabarito e ninguém questiona isso, o que estamos questionando é o que se coloca para a Vigilância Sanitária pouco mais de 3 milhões de orçamento sempre pequeno. Como quando a Defesa Civil estava na Secretaria era o patinho feio da Secretaria. A Vigilância ainda é o patinho feio da Secretaria, ela veio do Gabinete do Governo, no outro governo ela vai para outro lugar porque não tem essa visão. A administração brasileira, o político brasileiro não gosta de prestar contas e ser fiscalizado. Quando tem que prestar contas e dizer o que está acontecendo fica complicado. Prosseguindo, **Sr. Romano** informou que disse ao Dr. Arnaldo Lassance que em relação ao recursos humanos não ficou esclarecida nesses anos todos, o concurso público na Vigilância, os servidores que entram na Vigilância Sanitária não há critério público na Secretaria para que esses servidores queiram ir, não há edital de convocação. Deveria ao menos convocar os senhores que quiserem ir no dia 1º de março se apresentam nos Recursos Humanos e fariam uma banca para selecionar o perfil para trabalhar na Vigilância Sanitária, já que não tem Concurso ainda específico para a Vigilância. O apadrinhamento é a mãe da corrupção, do clientelismo, e isso é uma prática desses setores que trabalham com fiscalização no Estado. Quando falamos da questão de São Paulo, são situações congênitas, porque todo setor que trabalha com fiscalização e alvará como o Detran, a Vigilância é só verem esses setores. É preciso fechar as torneiras da corrupção e para isso é preciso evitar algumas coisas. Concluindo só queria dizer que acha o orçamento baixo e estão aprovando mais uma vez um orçamento que não dá para fazer nada. Os recursos humanos são baixíssimos, 700 pessoas numa cidade de 6 milhões de habitantes é brincadeira. Sinceramente é muito pouca gente para trabalhar, e acha que estar aprovando com esta ressalva irá mostrar que é preciso de um plano de recursos humanos bem claro para a Vigilância Sanitária e um Orçamento muito mais pomposo. É olhar que esta questão é importante, se a gestão, e não está falando mal do Secretário porque todos que passaram fizeram a mesma coisa, não gosta da Vigilância, ela fica andando de um lado para o outro. O que entendemos como Conselho é que a Vigilância é importante para o usuário. O

usuário que estamos representando aqui vai no bar, no restaurante, no consultório e na farmácia. Estamos defendendo a quem estamos representando. **Sr. Coutinho** assumiu a palavra dizendo que quanto ao primeiro tópico sobre a fala política disse que tem muita satisfação e não tem nenhuma informação feita como algo destrutivo porque isso é imaturidade. A nossa condição hoje, dizendo que é funcionário de carreira, mostra que estão juntos e que nenhuma observação deve ser feita de forma destrutiva, muito pelo contrário. É depreciação das duas coisas da população e do órgão que deve servi-la. Qualquer dúvida e mal esclarecimento não tem problema, podem colocar e enviar que estaremos fazendo as devidas colocações, porque temos orgulho desses anos que temos trabalhado com os senhores e as colocações são bem colocados no sentido de que temos que crescer mais. Porque diante de uma população do tamanho da cidade do Rio de Janeiro, temos que estar mais preparados para atendê-los. Outra questão da condição de Recursos Humanos é que desde 2009, a Vigilância Sanitária municipal tem feito requerimentos procurando absorver até mesmo concursos que tem sido abertos. Convocações já tentaram fazer algumas vezes como para Saúde do Trabalhador, Laboratório de Controle de Produtos e outras áreas já fizeram e não ocorre isso conforme foi falado. Há um encaminhamento de acordo com o perfil do profissional, mas há a questão de cessão do profissional, não adianta apenas querer ir, é preciso um diálogo com os Subsecretários para tentar contemplar isso. Todos os levantamentos para concurso temos feito ultimamente para todos os setores, saúde, engenharia, médico veterinário, nutricionista e por ai vai. É lógico que tem que se pensar na frente buscando esses objetivos. Em relação ao investimento em educação à medida que fomos conseguindo alocar recursos melhorando a capacidade de o cidadão entender o que é Vigilância Sanitária o cidadão vai ter a capacidade de entender o que está recebendo como produto. Qual o objetivo final do que estamos trabalhando e temos que cada vez mais fomentar isso no cidadão e no ente público. **Sr. Carlos Henrique Alves, representante dos usuários na AP 1.0** disse que teve a oportunidade de fazer uma denúncia no telefone pelo número 1746, e que antes de fazer a queixa, que procurou o Sr. David Salvador que o orientou a fazê-lo pelo telefone 1746. Disse que sua denúncia foi de um bar localizado no Edifício Balança mas não cai onde foi criado e de onde saiu da rua para aquele prédio e, de onde se tornou diretor social da Associação de Moradores do Campo de Santana e diretor social dos moradores do São Carlos. Disse que estava com um amigo que pediu um churrasco neste bar e este lhe disse que a carne estava podre. Então provou e a carne estava realmente podre. Informou que fez essa denúncia e que não deu em nada. Prosseguiu informando que tem a notícia de corrupção e o bar está funcionando e tem um monte de gente que come lá, reclamando de dor de barriga. Prossequindo, disse fez a denúncia e não funciona. Finalizou informando que não viu visita e não houve fiscalização neste bar. **Sra. Maria José Peixoto** iniciou sua fala dizendo que foi mal interpretada pelo Dr. Arnaldo Lassance que não deve ter entendido o que ela havia perguntado e que apenas perguntou se diante dos fatos qual é hoje o controle mais efetivo e eficaz junto aos fiscais. Com relação à apresentação, entendemos que realmente é tudo muito pouco para muita coisa e, que não resta a menor dúvida e que se inscreveu para parabenizar a Sra. Flávia porque todos os trabalhos que são feitos na comunidade, que está falando enquanto profissional de saúde, porque entende que todos os trabalhos comunitários são muito importantes. O trabalho de orientação, divulgação e prevenção começam na comunidade e por isso quer parabenizar por este trabalho educacional na comunidade iniciando pelo Rio das Pedras, que é um trabalho interessante e precisamos valorizar as coisas boas. **Sr. Marinaldo** assumiu a palavra dizendo que acha que vai ser repetitivo porque o que ia falar é a respeito dos Recursos Humanos

e que a Prefeitura tem uma política de Recursos Humanos voltada para a terceirização através das OS's na Saúde e na Educação em outros caminhos, mas que também incorre na questão da privatização. E sabemos que o fiscal sanitário não pode ser terceirizado, ele tem que ser de carreira e concursado. Se não há concurso externo, tem que estar sendo concursado internamente e apresentar o desejo de trabalhar na Vigilância Sanitária que verá se o perfil se encaixa naquilo que se propõe. Embora não tenha sido falado, a questão do concurso externo para a Vigilância Sanitária, o que se pode ter é um concurso integrado, mas como as vagas são sempre vagas insuficientes a Secretaria de Vigilância não é atendida nas suas necessidades e demandas. E também acontece de se haver uma política de privatização do servidor que vai ser coisa rara até o final deste mandato. Nós somos uma classe em extinção no município do Rio de Janeiro. Vamos torcer para que haja Concurso Público para suprir a necessidade. Vamos aguardar para que haja uma varinha mágica, e acredita em luta naquilo que somos sujeitos a fazer e não sermos sujeitos. E que na questão do Conselho somos uma instância do Controle Social e devemos ser respeitados. Muitas questões que deveriam passar aqui não passam e estão indo direto. O Conselho está perdendo sua função precípua de estar aprovando políticas de saúde. Não estamos mais fazendo isso aqui. **Sr. Coutinho** assumiu a palavra respondendo que a política de recursos humanos sempre foi pedido que fôssemos contemplados por profissionais técnicos, e realmente não seria se o profissional já estava no quadro geral da Secretaria. Respondeu dizendo que estão precisando de profissional e irão insistir no propósito porque está muito bem definido a ação de Vigilância Sanitária, ação de Fiscalização, ação que é poder de Estado realmente só pode ser atendida por agente estatal. Não há mais nada a não ser funcionário público concursado para executar essas ações. Quanto aos recursos realmente dependemos da verba federal, e que nos últimos anos por termos essa verba de taxa de inspeção sanitária conseguimos ainda fazer alguma coisa por esta verba de inspeção sanitária. A verba de repasse do Ministério da Saúde é muito pequena. **Sr. Ludugério Silva** disse que foi encerrado o ponto de pauta, agradeceu as pessoas que vieram apresentar. Antes da deliberação foi pedido um esclarecimento de Conselheiro que não se identificou perguntando se iria haver um movimento de aprovar ou não o Plano apresentado e pediu que houvesse cuidado de todas as sugestões que demos em relação ao concurso e aumento de orçamento, e que isso deveria ser votado também, para ser aprovado com ressalva. **Sr. José Liporage** disse o que deveria ser observado é que foram colocadas várias sugestões em relação a Concurso Público e aumento do orçamento, pois iremos deliberar e não poderá deliberar apenas sim ou não, mas deveria deliberar com essas ressalvas. Disse ainda que aproveitando que o Dr. Daniel Soranz havia chegado e que deveria ser aprovado Concurso Público para a Vigilância Sanitária, aumento de orçamento e que se for aprovado que seja com estas ressalvas. **Sr. Ludugério Silva** perguntou se era consenso da Plenária que se aprovasse com estas ressalvas e houve uma discordância da forma que estava sendo feita a pergunta. Foi pedido uma questão de ordem, que o companheiro defendeu que não deveria aprovar sem a ressalva e que outra companheira se manifestou quanto a isso e então seria justo a companheira esclarecesse os motivos de ter sido contra o encaminhamento. **Sr. Rogério Gonçalves** assumiu a palavra pedindo para tentar recolocar a reunião no trilho, e primeiramente pediu desculpas por toda a Mesa que deu uma escorregada e não encaminhou imediatamente para a deliberação, e estávamos indo para outro ponto quando nos foi lembrado que era preciso ter esta deliberação. A segunda colocação foi que o Conselheiro Liporage fez uma colocação que a Mesa parece que acatou e está encaminhando para os senhores Conselheiros que caso o Plano seja aprovado, que seja aprovado com duas

especificações que são a questão do Concurso Público incentivando a sua realização e o incremento no orçamento dos próximos anos, que seja elevado sem estabelecer um limite. Parece que a proposta é essa, caso haja aprovação, ela se dará com o Conselho incentivando a realização do Concurso e o aumento do orçamento da Vigilância Sanitária. **Sr. Marinaldo** disse que parece que não seria só incentivar mas sim realizar o Concurso porque parece que apenas incentivar não irá adiantar. Mas sim que haja uma realização do Concurso Público. **Sr. Rogério Gonçalves** disse que isso poderia ser feito de forma mais formal e que passará a palavra para o Sr. David Salvador que poderia explicar melhor como fazer. **Sr. David Salvador** assumiu a palavra esclarecendo que a ressalva era de que se realize o Concurso para Vigilância Sanitária e que haja um aumento do orçamento que possibilite um melhor trabalho da Vigilância Sanitária. **Sr. Rogério Gonçalves** perguntou se agora estavam todos esclarecidos para a votação e iniciou a mesma. Pediu que os Conselheiros que aprovam o Plano da Vigilância Sanitária para 2014 com as duas ressalvas levantassem os crachás, quem rejeita o Plano, e as abstenções. **O Plano foi aprovado com as ressalvas pela maioria simples.** Enfim, agradeceu as apresentações. Dando continuidade a pauta, no item **5) Ratificação da localização de algumas Clínicas de Saúde da Família.** Foi dada a palavra ao Dr. Daniel Soranz, Subsecretário de Atenção Básica da SMS. **Dr. Daniel Soranz** iniciou sua explanação informando que o Sr. Wagner era quem de fato fazia a apresentação, porém fomos comunicados que sua mãe encontra-se doente e, por esse motivo, veio fazer a apresentação em seu lugar. Prosseguindo, **Dr. Daniel Soranz** disse que cadastrou no CD do Fundo Nacional da Saúde, algumas clínicas de Saúde da Família que já foram construídas e estão com as fotos de inauguração. E, que entre a data do cadastro e a construção, algumas alterações foram feitas. Os Senhores verão que algumas Clínicas da Família foram construídas naqueles terrenos, mas algumas tiveram que mudar. Dando prosseguimento à explanação informou que irá apresentar cada uma com as mudanças, questionou se teria que haver aprovação deste ponto, mas na verdade foi informado que é apenas uma ratificação para mostrar que a Clínica existe e dizer aos senhores Conselheiros que visitem para não ficarem apenas com as imagens do papel. A proposta do Fundo Nacional de Saúde é essa, e que todos podem acessar pela internet de forma pública. **Dr. Daniel Soranz** passou a informar os endereços definitivos das Clínicas da Família. O endereço definitivo da **Clínica da Família Raimundo Alves Nascimento**, fica na Praça Heráclito s/n - Guadalupe, **AP 3.3** e o endereço citado anteriormente era a Rua Santo Agulho, a justificativa era que o endereço estava em duplicidade. Na hora de cadastrar, cadastramos duas clínicas no mesmo endereço e como isso não pode. A outra Clínica com o endereço definitivo é a **Clínica da Família Armando Palhares Aguinaga**, localizada na Avenida Santa Cruz com Rua Dr. Lessa - Realengo, (**AP 5.1**) e, o endereço que estava anteriormente era da Dom Helder Câmara que também foi construída e que correspondia a da AP 5.2. Disse que na hora de cadastrar a proposta cadastrou no mesmo endereço e como não pode ter duas propostas no mesmo endereço, o endereço que ficou foi a da Clínica da AP 5.1 que está construída. Temos ainda o endereço definitivo da **Clínica da Família Cabo Edney Canazaro de Oliveira**, localizada na Av. Marechal Rondon com Rua Antunes Garcia (Vila Olímpica) - Sampaio (**AP 3.2**). A outra Clínica da Família com o endereço definitivo é a **Clínica da Família Carioca**, localizada na rua Bérnago, 212 - Rocha (**AP 3.2**). O outro endereço definitivo é da **Clínica da Família Padre John Cribbin "Padre João"**, localizada na Estrada Manoel Nogueira de Sá com Rua Frederico Faulhauber - Realengo (**AP 5.1**). Outro endereço definitivo é da **Clínica da Família Dante Romanó Júnior**, localizada na Rua Carolina Machado com Rua Johann Strauss - Marechal Hermes (**AP 3.3**). A outra clínica com o

endereço definitivo é a **Clínica da Família Bárbara Starfield**, localizada na Praça Augusto Monteiro s/nº (rua Volta Grande) - Del Castilho (**AP 3.2**). Após a apresentação dos endereços definitivos das Clínicas da Família da AP 3.2, **Dr. Daniel Soranz**, convidou o presidente do CDS da AP 3.2, Sr. Manoel João de Santana (Neco) para fazer uso da palavra, quando lhe foi perguntado se estava correto os endereços ou se tinha mais alguma coisa para falar sobre os locais dos endereços. **Sr. Manoel João de Santana (Neco)** respondeu que as três Clínicas da Família existiam sim. Porém, que das três uma foi acompanhada pelo Conselho Distrital da AP 3.2 e as outras duas a pedido de políticos ao Prefeito e de outros. Prosseguindo, **Dr. Daniel Soranz** disse que o outro endereço definitivo é o da **Clínica da Família David Capistrano Filho**, localizada na Rua Moranga s/nº - Campo Grande (**AP 5.2**). **Dr. Daniel Soranz**, prosseguiu informando que de todas já foi recebida a primeira parcela, enquanto que a segunda parcela o pagamento ainda não foi creditado, finalizando sua explanação. Nesse momento, o **Sr. Ludugério Silva** pediu ordem a Plenária. Disse que o Dr. Daniel Soranz apresentou o ponto de pauta e que já havia apresentado na Comissão Executiva. E, que gostaria que os Conselheiros que estiverem presentes de suas áreas programáticas e tiverem alguma dúvida sobre a presença das Clínicas que, por favor, se inscrevam. Caso contrário, devemos deliberar a ratificação dos endereços definitivos das Clínicas de Família. Foi dada a palavra ao **Sr. Cláudio de Moraes Carvalho, presidente do CDS da AP 5.2**, dando boa tarde a todos pediu desculpas pelo atraso. Disse que não pegou a apresentação como um todo mas que foi explicado sobre a presença das Clínica de Família David Capristano e que o endereço não está esclarecido, pois o que consta lá é o da Rua Cesário de Melo e o que consta aqui é o da Rua Moranga que é ao lado. **Dr. Daniel Soranz** respondeu dizendo então que poderia fazer uma observação para que seja trocado o endereço para a Rua Moranga com a Rua Cesário de Melo. **Sra. Maria de Fátima** assumiu a palavra dizendo que o Senhor Cláudio não estava presente, mas outra Conselheira da área concordou. **Dr. Daniel Soranz** disse que não haveria problema em acrescentar que é na Rua Cesário de Melo, mas colocar que a entrada principal é pela Rua ao lado. **Sr. Alessandro Motta** disse que apesar de ficar muito triste com o fim do campo e a praça próximo a Marco de Macedo. Agora a presidente Margarida pediu que lesse um texto de uma decisão tirada na reunião dos presidentes de Conselhos Distritais que diz o seguinte: “Foi acordada entre os presidentes que são representantes da população, que solicitam que sejam ouvidos e consultados, antes da implementação das Clínicas de Família ou de qualquer outra política saúde nas áreas pela Secretaria Municipal de Saúde”. Disse que foi pedido que ele lesse no Conselho e que fosse registrado. Houve uma discussão sobre se o Sr. Carlos Henrique Alves poderia falar já que não tem Clínica da Família na área dele, e que deveria dar prioridade a quem está com dúvida neste ponto de pauta. Após a pergunta se haveria alguém mais com dúvida nesta área, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Henrique Alves. **Sr. Carlos Henrique Alves** disse que mais uma vez vai mostrar que precisa, e que representa a comunidade da AP 1.0, e que tem uma Clínica maravilhosa. Disse que não poderia falar, mas que todos estão precisando de uma Clínica da Família, porque o pessoal daqui não pode ser atendido lá. **Sr. Ludugério Silva** perguntou se a Plenária está esclarecida para votar. Em processo de votação quem aprova os endereços definitivos das Clínicas da Família levantem os crachás, quem é contra e as abstenções. **Aprovado pela maioria simples os endereços definitivos das Unidades Básicas de Saúde**. Nesse momento, **Dr. Daniel Soranz** pediu para fazer uma observação de que estão num novo período de formação de esteios para as novas Clínicas de Família, e tem cobrado muito dos coordenadores que apresentem as necessidades. O recurso que virá será para pagar o que já foi

pago, e os recursos de investimento para a construção de novas Clínicas de seu território. Disse que é preciso que informem se há uma Clínica que está mapeada e que não queira que coloque é para dizer que não quer, e se tiver alguma Clínica com problema, relatar isso. Estamos no período destes quatro meses de aprovar e retificar. O grande problema é que onde não se chega a um consenso não se avança. Disse que na gestão passada teve muita dificuldade na AP 1.0, onde não se chegava a um consenso e ninguém consegue licitar e programar nada. É óbvio que é uma decisão do Prefeito que se quiser colocar Clínica em algum lugar pode fazer isso abertamente e conscientemente. Na maioria das Clínicas de Família, na grande maioria dos territórios, estarão pactuando e construindo neste conjunto. É a oportunidade que temos nesse período de ratificar ou não a construção da Clínica naquele território. Muita gente acha que precisa de Clínica e a população tem outras prioridades como já vimos isso, e essas outras prioridades deixam a Clínica de Saúde em segundo plano. Se os Conselheiros de Saúde puder se articular com a população para que tenham toda as necessidades organizadas e mapeadas e, fez um apelo para que todos façam um acordo entre os coordenadores de área e entre os Conselheiros para que possamos avançar mais. **Sr. Ludugério Silva** disse que esse apoio com as CAP's existe e que é tudo que pretendemos. Perguntou se podemos continuar com a pauta. Nesse momento, o **Sr. David Salvador** pediu a Mesa para fazer uma questão de ordem e que deverá passar logo após a fala da Comissão de Educação Permanente. Disse que recebeu informações da Defesa Civil que estão previsto ventos fortes e tempestades nos próximos momentos e que estão observando pela janela do auditório nuvens muito carregadas e acha que é de bom tom que antecipemos o término da reunião. Contudo, deixará para a Comissão, a sugestão de terminá-la. Prosseguiu dizendo que recebeu notícias que estaria chovendo granizo no bairro de Rocha Miranda. Prosseguindo foi dada a palavra a **Comissão de Educação Permanente**. **Sra. Angela de Lamare** que assumiu a palavra dizendo que a Comissão de Educação Permanente tinha convidado a Dra. Maria José que é a responsável por fazer toda a apresentação da Prestação de Contas e o convite foi para que mostrasse na internet como se acessa e que qualquer pessoa pode acessar o TabNet, as consultas, como é feita a produção, como é feito o planejamento e a captação dos dados para a prestação de contas. Com o advento da chuva para todo mundo, foi proposto que isso fique para outra oportunidade e que a Dra. Maria José esteja fazendo essa capacitação para que os Conselheiros possam acessar esse sistema de informação da saúde. Concluiu sua fala dizendo que falou em nome da Educação Permanente. **Comissão de Saúde do Trabalhador**. **Sra. Miriam Andrade** informou que haverá um Encontro no final do mês de novembro nos dias 27 e 28 em Brasília. Disse que a Comissão irá participar da organização para a Conferência da Saúde do Trabalhador, em Brasília, e quem estará representando o Conselho Municipal e a CIST, é a Sra. Helena Marques da Rocha Miranda, da AP 3.3. Informou que a Sra. Helena Marques faz parte da CIST e irá representar o município do Rio de Janeiro. E o Seminário que ia acontecer em novembro foi novamente adiado por conta deste Evento em Brasília: Na volta estaremos remarcando este Seminário. **Comissão de Orçamento e Finanças**. Foi dada a palavra ao **Sr. Adelson**, informando que foi feito uma solicitação para o Conselheiro em relação aos contratos de laboratório e das empresas de logística e, que foi feita uma análise inicial não só do contrato, mas sim do projeto básico incluindo nos processos. Disse que está sendo feita a análise do contrato. **Comissão de Gêneros, Raças e Etnias**, **Sra. Sônia** informou que a representante desta Comissão foi convidada a estar na Bahia discutindo com as ONG's num encontro sobre as DST/AIDS. Esse encontro é um marco onde todas as entidades conseguem fazer suas reivindicações. Este ano teve como tema os avanços e

entraves que essa epidemia está colocando e, é questão que a Conselheira Sônia estará falando na sua volta. Várias vezes já sabem o que conseguiu, tem-se uma Comissão de AIDS que vem conseguindo algumas conquistas, mas ainda acha que os Conselheiros precisam de um pouco mais de conhecimento, talvez os Conselheiros não tenham conseguido alcançar o quanto é importante que se apropriem disso aqui. Está vindo coisas por aí, é preciso testar, e é preciso tratar. Disse que está cansada de ouvir em alguns lugares que os Conselheiros não tomam prumos. Isso não é só coisa minha, e não é só coisa da população negra. Se todos nós vamos ser testados, ótimo, vamos conhecer nossa sorologia, mas aí temos que fazer se nossas unidades básicas de saúde vão poder atender a todos com suas demandas. É preciso fazer essa via crucis e se apropriar deste assunto. Disse ainda que neste momento estava participando de um Comitê Gestor de Políticas Nacional Promotor de Saúde e que pode parecer que não, mas que é muita coisa que o Conselheiro está envolvido. E ali estão tramando e deliberado coisas que nós enquanto Conselheiros não estamos antenados para isso. Muitas vezes chegamos e percebemos que continuamos sem querer olhando para nossos umbigos, tem coisa acontecendo para além de nossos umbigos e não estamos antenados para isso. Isso é só um alerta que gostariam de dar, pois vem acontecendo coisas muito importantes nessa semana. Essa semana foi convidada para ver como a população vai reagir no Fique Sabendo. Estará acontecendo no Parque de Madureira, o dia 1 de dezembro que é quando chamamos atenção, e não deveria ser só no dia 1 de dezembro, para a luta contra a AIDS. Então é importante falarmos sobre as finanças e como vai ser gasto nesse evento. E que é papel dos Conselheiros estarem mais antenados por mais uma coisa que estamos acostumados a fazer. E detalhe que possam despertar em vocês uma curiosidade, já que o Ministro vai estar presente, conseguiram sem audiência marcada conversar com ele, e ele nos garantiu que vai estar presente. Muito de nós estará com seu envelope para entregar pessoalmente, e é muito mais do que isso porque estaremos chamando atenção da população para uma coisa que não sabe onde vai parar. Só nos bastidores que podemos falar, o Brasil está ficando como a África, tem muita gente com HIV que é diferente da AIDS. Hoje temos só tratamento e não cura, e a população ainda está dormindo. Disse que era só isso que gostariam de chamar atenção. **Sr. Ludugério Silva** disse que foi falado sobre as duas comissões: **DST/AIDS e Gêneros, Raças e Etnias. Comissão de Saúde, Comissão de Saúde Mental, Comissão de Ética e Regimento**, sem informes. Encaminhou para o último item de pauta **9) Informes**. Foi dada a palavra a **Sra. Maria de Fátima** que retirou o seu informe. **Sr. Milton Lima** a Mesa foi informada que se retirou. **Sr. Manoel João de Santana (Neco), presidente do CDS da AP 3.2** disse que veio duas vezes e que tem o direito de falar, que ia falar pouco para não alongar muito. Prosseguindo informou que sua fala é sobre as Clínicas que existem sim, mas sobre o Hospital Salgado Filho que é capa de jornal, quando está bem é pouco divulgado e quando está mal é divulgado mundialmente. Então, disse que foi feita uma visita na semana passada, só falta fazer o relatório. Disse que para não cobrarem o relatório porque a visita foi feita e o relatório terá a participação do Ministério Público, COREN, Conselho Municipal e todo mundo. Disse que irá trazê-lo agradando ou desagradando alguém, está fazendo a sua parte. Outro problema foi que de vez em quando muitas coisas acontecem e quando conseguimos saber, já foi empurrado goela abaixo. Isso não aceitamos, tem gente que olha atravessado pensando que vai ser bem tratado. Aconteceu a mais ou menos um mês atrás a única Clínica de emergência credenciada que nós tínhamos na área da AP 3.2 que foi fechada sem passar pelo Conselho Distrital. Prosseguiu informando que foi dito que está fechada para reforma, mas até para reforma o Conselho tinha que ser contatado para saber o que está acontecendo, fecharam imediatamente sem passar

pelo Conselho Distrital. Quando veio saber, já estava fechado. Foi em uma reunião nossa no mês passado com a presença do Sr. Leonardo. Foi fechada a Clínica Nise da Silveira, e ficou em Del Castilho a Clínica Rodolfo Rocco para atender a toda a população. Disse que marcou a reunião com o Dr. Leonardo e a Clínica vai reabrir no dia 18. Vai fazer um trabalho para ampliar para as AP's 3.3, 3.1 e 3.2. Disse que queremos que o atendimento seja com dignidade e atenda a população. Não fechar a única de emergência que temos sem passar pelo Conselho Distrital. Nessas coisas que seremos chatos e que não vai mudar seu jeito de ser para agradar meia dúzia de pessoas. Vai abrir no dia 18 e que estará lá para garantir o direito. Nem vamos discordar de tudo e nem concordar com tudo. Era isso que queria falar e que depois trará uma cópia do relatório para quem é de direito e dizer que a emergência vai abrir no dia 18. Agradeceu. **Sra. Sonia Regina G. Nascimento**, a Mesa foi informada que não está presente. **Sr. José Liporage** disse que são 2 informes. Que hoje ao vir para o Conselho, pegou ônibus diferentes e que estavam com uma quantidade absurda de baratas e que a Vigilância Sanitária está aqui para fazer uma apresentação. Chegando aqui pediu desculpas de alguém que não notou e pediu para que olhem o ar condicionado porque isso é um risco de insalubridade para todos que estão aqui. Estão representando a Secretaria de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde. Este ar condicionado pode nos adoecer no futuro. Disse que gostaria de fazer uma observação sobre ricos para a colega da AIDS e Hepatite, por exemplo, que os profissionais de saúde às vezes vão até a parte de medicamentos. Mais para os pacientes com AIDS e Hepatites deveríamos alertar para os riscos em se desfazer de alguns equipamentos como aparelho de barbear, lâminas, com orientação de riscos de contaminação das pessoas dentro da própria casa e os profissionais de saúde. Isso é o que está lhe preocupando. **Sr. Geraldo e Sra. Zorete**, a Mesa foi informada que já foram. **Sra. Miriam Andrade** disse que será rápido. Todos receberam, mas não viu nenhum informe que no dia 5 de dezembro, o programa da Promotoria de Justiça da Capital passou e-mail para todas as AP's que haverá uma audiência pública sobre o Acesso e Regulação no SUS: desafio da Concretização do SUS Constitucional. É um tema importante que é o SISREG, mas que todos devem estar presentes para participar junto com o Ministério Público para poder pegar os detalhes e todos receberam um informe. **Sr. Ludugério Silva** disse que estava inscrito para falar sobre esse assunto. Contudo, pelo avançar da hora e do temporal que está vindo, estamos encerrando a reunião. E, não havendo mais nada a ser informado foi terminada a reunião cuja ata eu **Wagner Ubiratan Candido Alves** dou por lavrada e assino em conjunto com o **Sr. Ludugério Antonio da Silva**, como substituto do presidente deste Conselho Dr. Hans Fernando Rocha Dohmann.

Wagner Ubiratan Candido Alves

Ludugério Antonio da Silva